



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: EDIR SALES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 25/09/2019

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Iniciamos os nossos trabalhos.

Anuncio a presença da Vereadora Juliana Cardoso e a presença do Secretário da Saúde do Município de São Paulo o Sr. Edson Aparecido, que chegou antes da Presidente hoje. Muito obrigada, Secretário pela sua atenção em estar aqui hoje com a gente até mesmo antes do horário. Seja bem-vindo.

Na qualidade de presidente da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher declaro abertos os trabalhos da 12ª audiência pública do ano de 2019 convocada para hoje 25 de setembro de 2019. Esta audiência pública foi convocada em cumprimento ao disposto no Artigo 36, da Lei Federal Complementar 141/2012 que tem por escopo a prestação de contas das ações e execução orçamentária da Secretaria Municipal da Saúde referente ao 2º quadrimestre de 2019.

A convocação de audiência pública vem sendo publicada desde o dia 18 de setembro no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* e foi publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 20 de setembro, e na *Folha S. Paulo*, em 23 de setembro.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, link Auditórios On-Line.

Já está compondo a Mesa o nosso Secretário da Saúde Edson Aparecido. Vamos convidar também o Leandro Valquer, do Conselho Municipal da Saúde, Coordenador Executivo.

Tem a palavra, pela ordem, a nobre Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Sra. Presidente, como o Secretário sempre, nesses últimos tempos, vem à Câmara e como eu já tinha dito anteriormente o horário das 13h para o tamanho da população que vem aqui conversar com o Secretário nesta audiência pública não iria dar tempo. Sei que o Sr. Secretário vai apresentar, S.Exa. se preparou para poder fazer uma apresentação mais longa, mas não sei se a gente conseguiria pensar em fazer em meia hora, abrir para as pessoas do plenário poderem falar...

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Vereadora Juliana, só queria continuar. Eu queria continuar a ler o termo de início.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Achei que V.Exa. já tivesse terminado.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Não terminei, mas em seguida dou a palavra a V.Exa.

A palavra será dada primeiramente ao Secretário Municipal da Saúde Edson Aparecido, que

contará com tempo necessário para a sua apresentação. Em seguida, os Vereadores e demais autoridades da Mesa farão uso da palavra. As pessoas que quiserem falar podem fazer a inscrição na Secretaria da Comissão. Cada orador terá três minutos para se manifestar.

Tem a palavra, pela ordem, a nobre Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Era só para combinar de finalizar às 15h até porque hoje - e já quero até combinar com plenário - terá uma votação importante do projeto 171, que é da anistia e a Bancada do Partido dos Trabalhadores está fazendo uma atuação muito intensa e eu, em especial, por conta da questão da moradia.

Então às 15 horas, normalmente a gente passa um pouco para o Secretário ter condições de falar com todo mundo, mas eu não vou conseguir e acredito que os demais também, pois a gente precisa ir ao plenário.

Precisamos combinar algo como meia hora para o Secretário, uma hora para nós e vocês falarem e mais 15 minutos a meia hora para o Secretário conseguir responder. Assim, eu acredito que a gente conseguiria fazer uma audiência um pouco mais organizada para as coisas não ficarem sem resposta.

Peço para as pessoas que querem falar se organizem para falar o tempo de três minutos para a gente conseguir ouvir todo mundo. Senão fica uma confusão, ninguém fala, ninguém se escuta e a gente não consegue ter o final de uma audiência a contento.

Era essa a minha sugestão, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Ainda em atenção ao que a Vereadora Juliana Cardoso falou, aqueles que não conseguirem falar por questão de horário podem enviar à Comissão as perguntas por escrito e nós enviaremos ao Secretário, que o mais rápido possível irá responder.

Tem a palavra o nobre Secretário Edson Aparecido.

O SR. SECRETÁRIO EDSON APARECIDO – Boa tarde a todos. É um prazer enorme estar novamente na Câmara Municipal, na Comissão de Saúde para podermos então fazer apresentação dos resultados desse quadrimestre.

Agradeço a Vereadora Edir Sales, Vereadora Juliana Cardoso, o Leandro e todos os Conselhos Gestores, o Conselho Municipal de Saúde.

Embora o relatório seja muito grande, então, atendendo a solicitação, a gente vai reduzir

bastante para que a gente possa então fazer um debate um pouco mais longo.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. SECRETÁRIO EDSON APARECIDO – Recursos aplicados no segundo quadrimestre. A execução orçamentária, a receita, despesas e ao final uma análise. Esses são os números gerais que tivemos na Prefeitura nesse segundo quadrimestre. A Prefeitura teve receitas realizadas na ordem de 30.065 bilhões, até agora isso significa 71.8 do orçamento. Comparado com o ano passado, vocês podem ver que houve um acréscimo de aproximadamente três milhões no orçamento da Prefeitura este ano, que é bastante importante.

Essas são as aplicações dos recursos da saúde, que depois vocês podem acompanhar também pelo material que a gente vai deixar com a Comissão. Nós temos o que foi a dotação inicial só com recursos do Tesouro, o que foi empenhado até o período do segundo quadrimestre, o que nós liquidamos. Então, daquilo que foi empenhado, 21.4, liquidamos 17.67.

Vamos chegar, seguramente, ao final do ano, com a dotação completa do orçamento seja aquelas da fonte 00 seja das demais fontes que compõem o orçamento, quer dizer, a gente não vai deixar de gastar praticamente nada daquilo que entrar seja os recursos do Fundo de Saúde ou os demais recursos que compõem o nosso orçamento.

Então, de forma mais ampla, a base dos recursos mínimos nas ações e serviços de Saúde, a despesa líquida, como eu falei, é 5,311 bilhões até agora. Isso significa, de tudo aquilo que foi arrecadado, 17,7. Seguramente, como nós temos ainda os meses de setembro, outubro, novembro e dezembro, vamos chegar ao orçamento total, e devemos chegar com esse número a 18,6, 18,7 do orçamento do Município, das receitas correntes líquidas. O teto constitucional, como todo mundo sabe, é 15%, então nós ainda estaremos aplicando recursos acima do teto constitucional.

Aqui são as despesas, como eu falei, empenhadas em relação ao que foi arrecadado até agora, o que é uma margem de 21,14. Esse número também se ajusta, como eu disse, e, ao final, tudo o que vamos ter do total da despesa empenhada com a despesa liquidada, nós vamos chegar a esse número que eu falei de 18,6, 18,7, daquele teto constitucional de 15%.

Aqui é a execução de órgão por órgão. Aqui são os números detalhados. No caso do Fundo

Municipal de Saúde, 75,9, nós já chegamos a esse teto; do Hospital da autarquia municipal 83; e do HSPM, 73,8.

Então, aqui podemos fazer a comparação no que está atualizado dentro do orçamento, em nosso orçamento de 11,046, o que foi empenhado em cada uma das áreas e o que foi liquidado. Então, vocês percebem que os números estão muito próximos daquilo que foi empenhado, e, o que liquidamos, já pagamos. Quer dizer, sempre fica uma margem muito pequena, e nem pode ser diferente. A partir do momento em que você faz o empenho, você tem de iniciar o processo de execução. Aliás, tem muita coisa que nós no final, executamos, uma transferência de determinadas áreas, dentro da Secretaria, você executa e depois complementa com o orçamento que vai entrando de Fonte 00, de Fonte 02, enfim.

Aqui são os orçamentos de cada uma das fontes. Então, Fonte do Tesouro, o que já temos liquidado até agora. Fonte 02, a expectativa é de que entre isso até o final do ano. Atualizamos, pode ser que entre um pouco mais. Conseguimos uma série de recursos com o Ministério da Saúde, que entram agora em outubro, novembro e dezembro e no começo do ano que vem. Estadual é a mesma coisa, é um recurso que está nesse patamar.

Aqui vamos ter uma alteração grande, porque o Governador liberou cerca...

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Secretário, eu queria anunciar a presença do nobre Vereador Natalini.

Obrigada.

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS – O Governador liberou 270 milhões para que implantemos o Hospital de Parelheiros e o custeio total do Hospital de Ermelino Matarazzo. Sessenta milhões já estão depositados na conta e o restante deverá ser gasto até agosto do ano que vem. Então, esse recurso aqui, do Estado, vai aumentar.

Além disso, o Estado nos cedeu 22 milhões em medicamento. Nós pedimos o recurso, o Estado não tinha recurso, mas ele nos deu 22 milhões de medicamentos.

Alienação. Aqui é o terreno que foi vendido, que a Câmara autorizou e a Câmara colocou um artigo nesse item, de que esse recurso deveria ser destinado ao Hospital da Brasilândia. Então, já repassamos esse recurso e já estamos em curso para inaugurar o pronto-atendimento do Hospital da Brasilândia em abril do ano que vem, e entregar as obras totais do Hospital em dezembro do ano que vem.

Aqui são outras fontes mencionadas e aqui é o detalhamento de cada uma delas, que já está exposto nessa parte aqui de cima.

Hoje, em nosso orçamento atualizado de 11,46 bilhões, até agora, até este momento, 76% é de recurso da Prefeitura; 22,5% é da União; 0,2% do Estado, isso deve alterar, e 1,0% de outras fontes, além daquela que eu falei, do terreno que foi vendido.

Aqui eu sempre bato muito nisso, eu acho que vamos conseguir um avanço agora, com o Ministério da Saúde, um pouco mostrando como que foi a evolução, desde 2008 até 2019, como que foi a composição do orçamento. A União chegou a contribuir com 27% do conjunto do orçamento do Município, hoje está em 22, mas geralmente essa média aqui é 19, não alcança 20. Estamos conseguindo aumentar porque, agora, estão entrando recursos de Teto MAC para nós e mais algumas recomposições que nós fizemos. Nós tínhamos 79 milhões de investimento, há mais de seis anos, depositados na conta da Prefeitura, mais 49 milhões de custeio e nós fizemos um acordo – o Prefeito e eu -, com o Ministério. O Ministério fez uma portaria e esse recurso que já está depositado e que não é gasto desde 2013, o Ministério nos autorizou, então, a gastar esse recurso todo em custeio. Então, isso vai ser um avanço muito significativo. Eram quase 140 milhões que estavam, desde 2013, sem poder ser gastos na Prefeitura. nós conseguimos agora, com esse acordo com o Ministério, poder gastar, com a portaria assinada pelo Ministro, e a composição do Estado.

Aqui é mais um detalhamento. Mostra a composição em cada uma das áreas: as coordenadorias, o fundo municipal, o Hospital da Cachoeirinha, a autarquia, o Servidor Público, a administração direta. Esse é o detalhamento de cada um daqueles *slides* anteriores.

Aqui é a mesma coisa. São as transferências fundo a fundo da área federal. Tudo que entra, nós consumimos. Nós tivemos agora, inclusive, um recurso bastante significativo. Neste ano, pela primeira vez, as emendas federais chegam a 46 milhões de reais. Nós já executamos 28 milhões em emenda federal, e vamos executar tudo até o final. Só de uma emenda coletiva, da Bancada de São Paulo, que é uma emenda impositiva, foram 23 milhões de reais.

Aqui também é um detalhamento das fontes federais. Aqui entra tudo. Vacina, vocês sabem, todo o programa de vacina é fornecido pelo Ministério. Então, enfim...

Aqui é a mesma coisa com o Estado. É o detalhamento. Isso muda muito daqui até o final do ano por conta desses recursos novos que entraram para os dois hospitais nossos aqui, do Município

– Ermelino e Parelheiros.

Aqui, então, a execução orçamentária por grupos de despesa. Então, Pessoal, Auxílios e Encargos: 915 milhões da Secretaria; 483 da autarquia; 159 milhões do HSPM. Essa totalização significa que 18,34% do orçamento é gasto com Pessoal, Auxílios e Encargos.

Aí temos os contratos de gestão. Prestadores do SUS, são aqueles que nos fornecem: laboratórios, exames.

Aqui, devemos ter uma mudança muito grande. Acabamos de..., vamos homologar, nesta semana, a licitação dos exames de laboratório. Nós estamos fazendo, com a licitação, uma economia de 3,8 milhões/mês; 42 milhões de economia/ano. E como o contrato com os laboratórios é de cinco anos, a economia será de 232 milhões, só porque licitamos esse processo de fornecimento de exame de laboratório. Eram contratos de emergência de mais de cinco anos e terminamos a licitação agora.

Medicamentos, a mesma coisa. Então, os investimentos... Isso altera um pouco aqui nesse último quadrimestre quando vamos apresentar ano que vem, porque aqui já entra a contrapartida do BID. A partir da próxima prestação de contas a contrapartida do empréstimo que nós fizemos um BID.

Aqui são os repasses das entidades e organizações sociais uma a uma. Todos os que foram empenhados e todo o processo de liquidação, vocês podem ver também que quase sempre estão no limite daquilo que foi empenhado o que gastamos. Não deixa sobrar muita coisa.

Aqui a continuidade. Aqui são os convênios que estão na Autarquia, Santa Marcelina, Cejam, Sírio, Menino Jesus, Santa Casa de Misericórdia, ali no São Luiz Gonzaga e a ASPDM que tem o Storopoli na Vila Maria. Aqui é todo processo também que depois vocês podem ver com a comissão distribuindo nas entidades o detalhamento.

Aqui os repasses financeiros a todos os prestadores do SUS, um a um, que temos de informar o Ministério da Saúde, regularmente. Aqui os valores empenhados, o que significa proporcionalmente, e os valores que foram liquidados. Mais uma vez vocês podem ver que quase tudo que a gente empenhamos, conseguimos liquidar. Então 96%, quer dizer, é não deixar recurso ficar parado na Secretaria.

Aqui a continuidade. São muitos prestadores. Vamos lá. Aqui são as ações dos serviços que nós, de uma maneira também resumida, pode aplicar.

Aqui, vocês conhecem bastante, o número de estabelecimentos que todos esses recursos

foram gastos. As UBS, as AMAs, Hospitais Dia, ambulatório de especialidade, AMA-E e os hospitais. Temos 12 na direta, 7 com entidades. Saúde Mental houve um acréscimo grande por causa do programa redenção e o Ministério da Saúde, também, depois de muito tempo habilitou 55 serviços na área de Saúde Mental e agora sai a portaria semana que vem, transferindo os recursos. Os recursos não estavam habilitados, foram CAPs que abrimos. Nós estávamos custeando integralmente esses CAPs e agora o Ministério habilitou e vai emitir a portaria semana que vem para transferir os recursos.

Aqui é resumo. Sempre apresentamos, em relação às consultas realizadas nos estabelecimentos nossos. Aqui tem um histórico. Esse foi o total do ano passado. Até o segundo quadrimestre de desse ano, nós temos isso. Vamos chegar, vamos aqui, praticamente, emparelhar com os dados do ano passado, todos eles devemos superar um pouco mais. Estamos fazendo agora um trabalho grande na reestruturação da regulação na cidade. Fizemos um processo de descentralizar a regulação, e vamos ganhar muita eficiência com isso. Esse é um pouco do resumo: aqui as consultas médicas, exceto urgência, emergência. Aqui consulta médica de urgência na atenção básica, Ao final do ano na apresentação que vamos ter de janeiro, esses números os senhores irão ver que vão passar um pouco, mas vão bater, mais ou menos com esses números aqui. Para vocês terem uma ideia, no ano passado passaram pelos serviços de Saúde da Cidade de São Paulo, 9 milhões e 600 mil pessoas. Quase a população inteira da Cidade. Devemos repetir isso esse ano, com a escalada do desemprego as pessoas perdem seus convênios e vão para o sistema público, todo sistema nosso é porta aberta, tanto atenção básica, como a rede hospitalar. Então não é fácil, quer dizer, 9,6 milhões de pessoas passarem um ano, pelo menos uma vez, em algum estabelecimento público nosso.

Aqui são as ações dos nossos serviços de Saúde. No TAC que tínhamos com o Ministério Público Estadual, tínhamos que cumprir o atendimento dessas 8125 pessoas, nos cuidados que a pessoa com deficiência. Chegamos a 1672, até maio 82%. Até o final do ano a gente cumpre o TAC e atendemos então toda essa população que tinha que ser atendido, fora aquela que já atendemos normalmente. Aqui a população desse TAC com o Ministério Público Estadual. Participaram desse processo, para você ter uma ideia, os serviços nossos conveniados, sobretudo a *Serve* e o *Derdic*.

Aqui por conta da Lei, por dispensação, nós empenhamos 14 milhões de reais. Estamos agora iniciando a reforma do CER Carrão. A licitação já foi feita, a gente inicia a obra agora no final de outubro do CER Carrão.

Saúde bucal. Conseguimos dar um avanço muito grande. Temos aqui, para vocês terem uma ideia, vamos agora pegar a UPA de Santo Amaro. Estamos fazendo uma transferência de imóvel. A UPA de Santo Amaro vai ficar uma UPA específica para atendimento bucal 24 horas. Será a primeira UPA da cidade, dedicada, exclusivamente, à saúde bucal com funcionamento de 24 horas. A capacidade instalada que tínhamos era essa. Acabamos fazendo quase que 295% acima da meta. Aqui houve um aumento nas unidades que passamos a ter esse serviço.

Fizemos também através do COAPs várias iniciativas, e aí a gente não usa recursos do Município. Usa recurso das universidades que utilizam nossos equipamentos para campo de estágio. Então comprando 12 mil mobiliários: cadeiras, mesas, com recurso de COAPs. Vamos colocar a partir do final de setembro, dois estagiários de psicologia, assistência social, várias áreas estudos: 4 horas pela manhã, 4 horas para a tarde. Nós teremos dois estagiários na porta das 496 UBS da Cidade para recepcionar a população. Além disso, estamos comprando todos os computadores das unidades da direta, para entrarem no processo do prontuário eletrônico.

Assistência Laboratorial. Aqui são os dados da Assistência Laboratorial. O que, nos nossos Laboratórios, foi à produção de exames mês que nós tivemos. O importante é salientar, então esse repasse de 48 medicamento feitos pelo Estado que é bastante importante, totalizam cerca de 22 milhões de reais. Programa Melhor em Casa, com todas as equipes que temos na Cidade. Fizemos um trabalho agora, bastante importante com a Saúde da população negra com todas essas iniciativas aqui. Sejam elas educativas, sejam elas de ações mesmo de saúde, sejam elas em seminário, ilustrações, enfim. Iniciamos esse trabalho onde se concentra na Cidade a população negra, não só nos bairros, mas também nas escolas de samba.

A questão da saúde do idoso. Pela portaria 202/19, nós então conseguimos fazer implantação. Cada UBS nossa, hoje, tem uma sala específica para atendimento do idoso além de toda a rede nossa que hoje já faz esse serviço. Nessas salas, nós estamos com essas atividades, todas elas. Temos os novos serviços: URSI Butantã, a República e, agora, estamos caminhando para a questão da URSI do Tucuruvi, e a URSI de Ermelino Matarazzo.

Serviço de referência de mama: vocês sabem, estamos dando prosseguimento ao trabalho que iniciamos ano passado; damos prosseguimento este ano, em 2019.

E aqui um resumo do total de serviço que conseguimos acumular. Quer dizer, dizemos uma

média, em 2018, de 715 consultas, com 80 procedimentos de biópsia; passamos a 1389 consultas, 191 procedimentos de biópsia. E aqui o tempo médio que conseguimos reduzir em cada uma dessas áreas: de 41 para 23 dias, no caso do tempo médio para a primeira consulta; e, na mastologia, de 86 dias para 37 dias.

Sobre a inserção do DIU: o grande avanço que nós demos foi na implantação dos DIUs pós-parto, em que vocês podem ver, em relação a 2018, o avanço que conseguimos obter.

Os programas de PAVs. Inclusive, estamos agora iniciando um programa extremamente importante com a Sabesp em três bacias do Pinheiros. Aqui, todo o trabalho de PAVs que nós tivemos: 99 mil visitas domiciliares, 19 mil ações coletivas.

Atenção integral à saúde da pessoa com deficiência também foi algo sobre o que nós nos debruçamos para tentar avançar nesse trabalho. Fizemos um processo, sobretudo, de capacitação de profissionais. São 500 profissionais capacitados. Ações conjuntas com outras secretarias, universidade e em algumas unidades específicas nossas.

Práticas integrativas: estamos avançando para implantar até o final de 2020, para que todas as nossas unidades, UBS, tenham exatamente a incorporação dos profissionais na área de práticas integrativas. Na área de acupuntura auricular, nós capacitamos 150 profissionais.

Também fizemos um trabalho grande em saúde nutricional, feito em parceria com outras entidades.

Tivemos ampliação da rede de saúde mental. Somando o final de 2018 com 2019, acrescentamos 3675 vagas em CAPs, e em CRTs, 110 vagas. Aqui está um detalhamento do que são os novos, os que foram reclassificados, e que, agora, conseguimos a habilitação do Ministério. Estamos com seis CAPs em processo de implantação. E os CRTs. Foram 9 novas e 11 que estão sendo ampliadas agora.

O Ciat é um programa que não é somente da Secretaria de Saúde. Fizemos a implantação do Ciat 2, ali na Porto Alegre. Nós já tínhamos os dois hotéis – Brasilândia e Heliópolis. Adquirimos o hotel ali na Penha. E estamos alugando um hotel em Ermelino Matarazzo, em frente à nossa AMA, para exatamente possibilitar todo esse trabalho não somente na área da Cracolândia, mas em toda a cidade.

Aqui foi um pouco a ampliação das nossas estratégias de saúde da família. Foram 47 novas equipes com esse acréscimo de consultas, visitas, pessoas cadastradas. E aqui a mesma coisa no NAF.

Saúde na Hora: apresentamos ao Ministério...

P – Secretário...

R – Terminou?

P – Terminou, Secretário.

R – Tá bom.

P – Tudo bem? Muito obrigada.

Registrar a presença da Vereadora Patrícia Bezerra e de Vereador Milton Ferreira.

Quero agradecer, Secretário, que foi inaugurada uma UPA no São Miguel Paulista, no final de semana, com 97 salas e 376 profissionais. Então queria agradecer, porque é uma região que precisava muito, e que vai atender São Miguel, Itaim, Itaquera...

- Manifestação fora do microfone.

R – Dia 8, inaugura a UPA Guaianases; no dia 14, a UPA Pirituba; no final de outubro, a UPA Perus; em início de novembro, a UPA Ermelino Matarazzo; e, em início de dezembro, Jaçanã/São Luís Gonzaga.

P – Seis UPAs. E é muito completo o trabalho, porque são 24 horas.

Estou com a lista de inscrições.

Vamos chamar a número um. Todos já sabem; até a própria Vereadora Juliana já ressaltou isso: são três minutos, para que assim a maioria de vocês possa falar.

Tem a palavra a Sra. Bernadete Coelho e enfermeiros do concurso.

A SRA. BERNADETE COELHO - Boa tarde a todos. Como são três minutos, eu vou resumir um pouco o que seria.

Eu venho representar a comissão dos enfermeiros que foram aprovados ano passado no HSPM. Fomos convidados para conhecer o hospital em dezembro do ano passado, e, segundo nos informou o antigo superintendente, a partir da segunda quinzena de janeiro, o mais tardar, todos seríamos chamados. Foram-nos apresentados documentos que provava que o Hospital tinha recursos próprios para arcar com a folha de pagamento. Já foram aprovadas em algumas comissões, só que é barra na Prefeitura. E o que estamos questionando é: o HSPM precisa, porque já foi solicitado aumento de carga horária para quem está na área para suprir a demanda. E se está aumentando a carga horária de quem está trabalhando, por que não chamam os aprovados de um concurso, que somos 15

esperando para trabalhar, se há essa necessidade? Então o nosso questionamento é esse: a gente quer saber por que não chamam, se há essa necessidade e se tem os recursos para pagamento. Obrigada.

P – Tem a palavra o Sr. Norival Rodrigues.

O SR. NORIVAL RODRIGUES – Boa tarde a todos.

Represento a UBS Sigmund Freud, em Higienópolis, e nossa reivindicação não é de agora. A unidade está deteriorada. Não sei se a Secretaria de Saúde passou por lá alguma vez – que eu me lembre, até agora, não. Nós sempre batalhamos. Precisamos até de uma ONG; e soubemos que não pode ser assim, tem que ser um projeto com a Prefeitura. Mas, se é caso de saúde, acho que não é somente a nossa, várias que a gente se debate (sic); o Cici também está em (ininteligível). Mas a nossa não é pequena, e ela está numa região nobre, ali em Moema. E a demanda atenda uma reforma até ampla. E eu acho o seguinte: se não fizer nada agora, eu não sei quando vai fazer. A gente luta bastante com os recursos que tem. Eu me empenho; às vezes, vou lá, ajudo, conserto o que tem para consertar, mas eu acho que esse é um dever do município, da Secretaria de Obras, sei lá, passar lá uma hora, ver e fazer um projeto adequado. A unidade já atende mais de 70% de velhos – eu já me incluo como velho, terceira –, também atende jovens. Uma UBS numa região nobre requer cuidado, e cuidado, para mim, é a saúde. Obrigado a todos. Uma boa tarde.

P – Tem a palavra o Sr. Humberto Mérola, Conselheiro Gestor Norte.

Peço que fale do lado direito, perto da tribuna, porque a visibilidade é melhor, porque fica na frente, e não do lado.

O SR. HUMBERTO MÉROLA – Boa tarde, Sra. Presidente; boa tarde a todos da Mesa; senhoras e senhores.

Meu nome é Humberto Mérola, sou conselheiro da UBS do Ipesp e também faço parte da Supervisão Norte.

Estamos com alguns probleminhas já há alguns dias referente aos óbitos do PS de Santana.

No dia 26 de agosto, fizemos uma reunião na Supervisão de Saúde, no auditório do Iprem. Os médicos e funcionários do PS de Santana, da terceirizada IABAS, veio pedir ajuda a todos os conselheiros. Então, pedimos para a Dra. Valéria – Supervisora de Saúde Norte – apresentar a ação que ele tomou. No dia 26 de agosto, eu pedi à Dra. Valéria consultar em ata. Infelizmente, ela não consultou

em ata referente ao caso dos óbitos. Tanta insistência, a Dra. Valéria marcou uma reunião no dia 04/09 no Hospital do Mandaqui. O Dr. Marcelo, se não me falha a memória, que é o Diretor do Hospital Mandaqui, para tomar alguns dados, algumas providências. Ela não nos deu nenhum reformo.

Enfim, venho cobrando direto da Dra. Valéria. Copiei (sic) o Secretário Edson Aparecido, copiei o Prefeito Bruno Covas, de toda essa situação, e os óbitos começaram a continuar. O único hospital de referência é o Hospital Mandaqui. Hoje, me parece que é o Hospital agora tem a segunda opção, que, se não me falha a memória, é o Vila Penteado, que é estadual. E vocês me corrijam, por favor, se eu estiver errado.

O que está acontecendo: até hoje, a Dra. Valéria, desde o dia 26/08, ela não coloca na ata o caso dos óbitos. E na ata do dia 34 (sic), quando foi feita uma reunião interna no PS de Santana também constam os médicos narrando os óbitos constatados.

Se o Hospital Mandaqui não estava aceitando essa remoção, por que antes não tomaram nenhuma providência? Precisou, agora, os conselheiros começarem a ficar cobrando? É sempre assim. A Dra. Valéria não manda retorno quando a gente manda email para ela. Ela manda meia palavra e desvia o assunto. Eu não gosto de manobras, sinceramente.

Bom, agora quanto às reformas da UBS do Conjunto do Ipesp e de UBS Wamberto.

Estou pedindo ao Secretário várias vezes; o Secretário apresentou numa reunião da Executiva do Governo, dia 16/07, esse documento. E eu questionei o Secretário. Falei para ele: “Pôxa, Secretário, não está aqui a UPA da UBS Wamberto”. “Ah, mas tem a UPA do Jaçanã”. Desculpa, o São Luís Gonzaga atende todas as regiões das cidades em volta: Mairiporã, Guarulhos...

P – Para concluir, por favor.

R – Só um minutinho. Então eu gostaria de saber essas reformas todas, que eu mandei para o Secretário, inclusive para a sua assessora Miriam.

Obrigado.

P – A próxima a falar é a Ana Rosa Costa, do Condef.

A SRA. ANA ROSA COSTA – Boa tarde a todas e a todos.

Ana Rosa Costa, sou do Condef – Conselho Deliberativo e Fiscalizador da Autarquia HM –, e sou também dirigente sindical do Sindisep, da direção, do conselho fiscal.

Secretário, nós estamos com um problema aqui: o relatório é muito pobre, desculpe, mas o

que a gente sempre pediu foi que se colocassem as metas do PPA para o período e o cumprimento ou não da meta anual. Sempre foi assim. Programa por programa. De repente a gente vem com um relatório que não nos diz, só diz quanto gastou, mas não diz onde, nem no que? Eu deduzo que a maior parte foi para terceirizadas, porque a gente encontra aqui, acima do previsto, uma execução orçamentária acima do previsto, porque o previsto para dois quadrimestres é de 33% para cada um: 66. E a gente chega a 80,79, 84% de execução e aí eu pergunto muito fraternalmente e agora? Até o fim do ano nós vamos trabalhar com quais verbas? É uma pergunta.

Por outro lado, eu me preocupo com os restos a pagar, que aqui aparecem com mais ou menos 13%, só que não aparece a alíquota que é necessária e obrigatória segundo a Lei 141/2012, tem que os restos a pagar não processados ou cancelados no ano anterior tem que vir numa alíquota como orçamento, porque, se não, nós entramos com o negativo. É como se a gente tivesse entrado com menos um milhão, pelos dados aqui, porque nós não temos essa alíquota, devolvendo esse dinheiro para o orçamento. Então, o orçamento de 2019 fica comprometido com dívidas contraídas em 2018. Se se entregou o material tem que pagar, nós não vamos ser caloteiros. Então o que vai acontecer? Vamos ter problemas porque vamos sair de um orçamento de nove bilhões, mas que, na verdade, são oito por esta conta que o senhor mesmo apresenta.

Então essa alíquota é fundamental e é obrigatória desde 2013. Por essa razão nós do Condef rejeitamos, entre outras razões, mais uma das razões mais fortes, foi essa. Nós rejeitamos o RAG de 2018 da autarquia e aconselho o Conselho Municipal a tomar a mesma atitude porque, se não, quem vai pagar essa conta somos nós conselheiros, porque a gente sabe que a responsabilidade é nossa.

Rapidamente. Onde foram gastos os 15, que foi para 17, mas onde foi gasto? Por que o senhor não declarou. Aqui nós vimos dois relatórios...

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Concluir , por favor.

A SRA. ANA ROSA COSTA – Estou tentando correr.

NÃO IDENTIFICADO – Eu terminei o meu tempo na hora exata.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – São três minutos, porque se não, a maioria não vai conseguir falar.

A SRA. ANA ROSA COSTA – É que eu tenho uma coisa muito grave que vai ser reforçada

pela companheira. Então eu gostaria de saber como é que o senhor vai trabalhar com essa questão e com a questão de que o dinheiro que está indo para as OSs está estourando o orçamento porque está muito mais acima daquilo que foi previsto.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Tem a palavra a Sra. Adriana Pereira.

A SRA. ADRIANA PEREIRA – Bom dia a todos. Eu não ia comentar a questão da UPA Santo Amaro, mas já que o Secretário mencionou, sabendo agora que até dezembro vai ter o hospital integrado, a nossa preocupação como conselheira da UPA Santo Amaro é a questão da psiquiatria. Nós temos a psiquiatria ali com 11 leitos e eu gostaria de saber se essa psiquiatria vai ser contemplada nesse hospital integrado? Essa é uma das perguntas. Outra questão que trago aqui é a questão da Upama. O pessoal sabe o que é a Upama? Ela não é nem UPA e nem AMA. É uma mistura de Upama, então nós temos na região de Cidade Ademar em que, na gestão do Doria, ele inaugurou, ele tirou uma AMA que tínhamos na região da Pedreira, trouxe para a Cidade Ademar, e ali ele inaugurou como uma UPA e ali não é uma UPA. Nós pagamos um aluguel ali de mais de 60 mil reais e nós usamos somente a parte de baixo do prédio. A parte de cima está totalmente fechada, sem uso, um valor muito alto. Nós não temos leitos nessa Upama. Ali é uma AMA, só que é uma AMA. Só que é uma AMA que engana o povo. Ali tem uma placa enorme: “UPA Pedreira”. Então, eu gostaria muito de saber com o Secretário quais as providências que o Secretário vai tomar e já mediante a isso gostaria de pedir à Comissão que averiguasse essa Upama. Fosse lá visitar, porque o negócio não está legal: está faltando médico, equipamentos, está faltando tudo na Upama. Então eu gostaria muito de pedir à Comissão da Saúde para visitar o espaço da Upama.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Boas tarde munícipes da cidade de São Paulo, boa tarde Srs. Vereadores, Secretário, representantes do sindicato e, especialmente, conselheiros e conselheiras. A saúde é uma questão muito séria e precisa ser tratada com mais detalhamento. Não é possível, como a Vereadora Juliana falou, apenas duas horas de discussão, se antes eram três. Então, que se restitua para fevereiro essa é uma hora a mais que esta reunião tinha. Tratando dos assuntos pertinentes é muito estranho, Sr. Secretário Edson, que a dotação 1502, construção de Caps, seja de oito milhões e nada tenha sido executado e isso também inclui as repúblicas terapêuticas. É muito estranho e muito prejudicial à população deficiente de São Paulo que os 12 milhões e 500 mil reais para a dotação do

CER, Centro Especializado de Reabilitação, não tenha sido executado nada, nem um centavo empenhado de janeiro a agosto deste ano.

É muito lamentável que a dotação de 53 milhões de reais para construção de hospitais só tenha sido executada 0,3%, 13 mil reais em apenas oito meses. Então os hospitais de Parelheiros, Brasilândia, dificilmente sairão. Porque se tem 53 milhões e não se usa esse dinheiro, realmente não vão fazer uma obra em ano eleitoral corrida para entregar como sempre fazem. É muito absurdo é falta de respeito. Parelheiros, Brasilândia e as outras áreas que aguardam hospitais, como também a reforma e ampliação. São sete milhões e nada foi utilizado. O Hospital de Campo Limpo, Tatuapé, Itaquera, Jabaquara aguardam reformas há anos e essas reformas não saem. Será que essa verba do Japão vai para essas reformas? Deveriam ir.

A construção das UBS, a dotação das UBSs são de 83 milhões de reais e foram utilizado em 8 meses 340 mil, 0,4%, então UBS Jardim Julieta, na Vila Medeiros, está aguardando há 15 anos e não está sendo executada. Uma lista de UBSs que simplesmente não se apresentou nenhuma inauguração de UBS nessa apresentação, que, aliás, infelizmente está incompleta.

A questão da saúde do idoso. Atenção idosos e Conselho do Idoso: 700 mil reais e nada foi executado. Essa dotação é a 15010. Por que isso acontece, Secretário? Essa dotação e o dinheiro não é executado? Upa, execução 16%, e para ampliação apenas 1%. Será que as UPAS vão sumir de São Paulo?

Rede Hora Certa são 22 milhões e nada foi executado em oito meses. Esse programa vai desaparecer? A dotação 1514 é fake? É lamentável que isso aconteça. Por outro lado e já terminando o programa eleitoral Avança São Paulo foi rejeitado pela população no ano passado e foi alvo do Ministério Público e teve execução esse ano de 17 milhões, de uma verba total de 200 milhões. Como é possível um programa rejeitado continuar sendo executado por 17 milhões?

Por fim, gostaria de perguntar também a questão do Programa de Saúde da Família. Por que não há um detalhamento? E por que quatro milhões para as OSs? As OSs continuam torrando dinheiro público, que deveria ser para rede pública, rede estatal de saúde, e sem nenhum controle social. Também gostaria de incluir na questão do Cratod a questão do tabagismo. É um programa de 2017 e não vejo....

- Manifestação simultânea.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Muito obrigado. É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Tem a palavra o Sr. Antônio Fernando.

O SR. ANTONIO FERNANDO - Meu nome é Antonio Fernando. Sou usuário do SUS da região de São Mateus.

Primeiramente quero comentar. É com um todo, estou falando de São Mateus, mas é em toda Cidade, inclusive a UBS Tietê II, que fez uma revolução na cidade de São Paulo, evitou que fechassem muitas unidades de saúde na região de São Paulo. Essa unidade de saúde, hoje, é administrada pela Fundação ABC e já tem mais de dois meses que está sem médico. É PSF...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ANTONIO FERNANDO - Isso. Está lá só uma médica sozinha, a maioria dos atendimentos é feita por enfermeiros.

Nós fizemos a reunião do coordenador da Fundação ABC com a Supervisão de Saúde, mas ninguém resolve nada. Nada vezes nada. A maioria que atende o pessoal na região são os enfermeiros.

As unidades básicas de São Mateus estão jogadas às moscas e às baratas.

Na Supervisão não se faz nada, cobram da Fundação que não faz nada. (Palmas) É dinheiro público indo e nada funcionando. Vou pedir mais uma atenção à saúde mental, em São Mateus que está muito precária, para que seja feita uma auditoria na saúde mental. São os funcionários e os conselheiros também falam.

Para ter uma noção, o lanche da saúde mental em São Mateus, falo que é um pão com sebo, aquilo é sebo. As informações vêm dos usuários e do Conselho. Tem de ter uma auditoria para fiscalizar isso.

A UBS Tietê II está desse jeito, cobram de um, de outro, e ninguém faz nada. Mas não é só a Tietê II, há unidades em São Mateus que está sem médico. Para onde está indo o dinheiro? Quem fiscaliza isso? Cobram da Supervisão, ninguém faz nada. Há documentos com as colegas ali com a resposta da Supervisão, mas nada se faz.

A gente quer providências para a UBS Tietê II. A gente vai cobrar, vai colocar na mídia, vai abrir a boca para aquilo lá funcionar. A Supervisão não faz nada por aquilo.

Cobra da Coordenadoria, cobra da Supervisão, cobra de todo mundo e ninguém faz nada por aquilo. Está uma vergonha. Há reclamação, as colegas estão com documentos ali, com a resposta

da Supervisora de Saúde São Mateus, chamada Fabiana.

Quero uma providência. Nós vamos jogar na mídia prá que alguém tome providência a respeito.

Também com a saúde mental. Eu ouço dos usuários e dos conselhos de São Mateus. Quero providências.

Agradeço muito a atenção. Só espero uma providência. (Palmas)

Obrigado pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Tem a palavra a Sra. Sílvia Tomazini, do Comitê de Defesa do Hospital Sorocabana, em seguida Mirna Garai, da UBS Freud.

A SRA. SILVIA TOMAZINI - Boa tarde. Vou passar a palavra ao Toni Zagato, que também compõem o comitê em defesa da reabertura do Hospital Sorocabana.

O SR. TONI ZAGATO - Boa tarde a todas e todos. Cumprimento os Vereadores e o Secretário Edson Aparecido. Gostaria que ele anotasse as questões que o comitê de Sorocabana e também parte dos conselheiros participativos da Lapa, trazem sempre nas audiências públicas da Comissão de Saúde.

Eu gostaria de reter algo que o colega colocou, que a prestação de contas para qualquer servidor público ou técnico, seja municipal, estadual ou federal, é feita em função do que foi planejado no PPA e na LOA - Lei Orçamentária Anual.

Então é preocupante que o titular da Secretaria de Saúde Municipal apresente uma prestação de contas que não faça correlação com aquilo que eles mesmos planejaram. Como que isso pode se chamar de fiscalização social, controle social, daquilo que a gestão tem de prestar. (Palmas)

Em segundo lugar, em julho deste ano, 5 bilhões de reais, do orçamento municipal da saúde, da cidade de São Paulo, tinham sido consumidos por OSs. Esse orçamento não está sendo destinado a 50% dos serviços de saúde. É muito menos. Imagine se apenas 10% desses 5 bilhões, consumidos por OSs, fossem colocados para a Administração Direta, por concurso, que, inclusive já foi feito em algumas áreas, como a GPP, lá no caso da UBS Jardim Vera Cruz.

Com 10%, em torno de 500 milhões, fariam uma revolução na saúde, na Administração Direta. Enquanto isso, o dinheiro é drenado para a OS cujos funcionários estão dentro dos conselhos gestores e que, naturalmente, não vão criticar seus chefes. Por que se o seu chefe pode demiti-lo da OS,

como que ele vai fiscalizar e controlar o trabalho dele? A OS é a fragilização do estado democrático de direito, na fiscalização do poder público. (Palmas)

O discurso da eficiência não passa pelo controle social. O discurso da eficiência não pode deixar de lado o discurso da eficácia e da efetividade que é a saúde da população. Parece-me que quem está aqui não está com a saúde muito bem tratada pela gestão municipal via OS. (Palmas)

É bom ressaltar que há pessoas que passaram nos concursos públicos e não foram nomeados. Cremos que isso tem justificado decisões arbitrárias da gestão municipal, como na UBS do Jardim Vera Cruz, em que sem ouvir o conselho gestor, que é deliberativo, transformar a OS de gestão direta, que é reconhecida no Município todo pelos seus serviços, em gestão indireta, sendo que não tinha sequer os dados de produtividade corretos.

Eu gostaria que tivesse sido tomado nota, porque o Secretário afinal já esteve na UBS, há um mês.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Tem a palavra a Sra. Mirna Garai, da UBS Freud, em seguida a Sra. Flavia, do HSPM.

A SRA. MIRNA GARAI - Meu nome é Mirna, não sou brasileira, sou chilena. Vivo aqui há 45 anos.

Meu marido foi demitido da empresa onde trabalhava, há dois anos, razão pela qual me tornei usuária da UBS Sigmund Freud, na qual fui muito bem atendida. Eu elogio todas as pessoas que trabalham nessa UBS porque foram maravilhosas.

Acontece que agora está com problemas de falta de médicos para atender. Eu tenho uma consulta, marcada em julho, que vai ser efetivada no final de outubro. Antes, era maravilhoso ir à UBS, os médicos mandavam para hospitais para fazer exames. Foi maravilhoso.

Mas de um tempo para cá, há muita rotatividade de pessoas, o atendimento é muito ruim daquilo que era antes. Essa é a minha opinião.

Vou ocupar menos do que três minutos, mas queria deixar bem enfatizado esse problema de que tem de ter mais atenção para essa UBS, se for possível. (Palmas)

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Tem a palavra a Sra. Flavia, do HSPM, em seguida, a

Sra. Lourdes Estevão de Araújo, do Sindsep.

A SRA. FLAVIA - Boa tarde a todos e todas.

Eu sou do HSPM e da UBS Sigmund Freud também. No HSPM, a gente está pedindo que se nomeie os concursados. A gente tem uma falta crônica do quadro da enfermagem. Sem a reposição do quadro da enfermagem, há precarização na assistência que a enfermagem pode dar ao paciente. Não há como fechar a conta, não há assistência de enfermagem de qualidade sem que a tabela de lotação de pessoal esteja com o seu número adequado e correto.

A UBS Sigmund Freud está há mais 28 anos na região de Moema, atende principalmente os idosos da região. Hoje, temos outra característica que são de idosos que perderam seus planos de saúde.

A gente vive ultimamente o esvaziamento da UBS. Os profissionais foram retirados, há rotatividade da gestão, não há um gestor fixo. Há rotatividade também dos trabalhadores, esvaziamento e não reposição.

Nós percebemos que isso é loteamento da unidade que vai ser entregue para uma OS. A nossa unidade sempre foi pública, sempre tocou os serviços daquela região com trabalhadores da direta. Nós não precisamos ser terceirizados. A gente precisa de uma reforma na unidade, tanto estrutural quando corretiva, e a gente precisa da reposição do quadro de trabalhadores. Tem prontuários lá que têm 20 anos, o mesmo paciente, o mesmo usuário passando 20 anos com o médico. Isso é saúde pública. Isso você não garante no modelo terceirizado. Hoje a gente atende o filho desse usuário e o neto dele também. A atenção básica é muito importante, essa fidelização, e o paciente ter certeza de que vai se atendido pelo médico de família, de que vai ter garantia na promoção e prevenção da sua saúde. Então estamos aqui para dizer “não” à terceirização da Unidade Sigmund Freud. (Palmas)

Queremos a reposição do quadro de trabalhadores. Nós tínhamos práticas integrativas, tínhamos dois psicólogos, tínhamos quatro clínicos, nossa sala de vacina fez 700 vacinas em um dia, numa campanha de sarampo. Se vocês olharem na internet, a gente tem elogios. A gente conseguia fazer lá grupos de aleitamento materno, a gente orientava as gestantes; hoje a gente não consegue mais fazer isso porque estão retirando o ginecologista. Hoje estão modificando toda a UBS e, o mais grave, sem conversar com o conselho gestor, sem discussão com a população e com o conselho.

Então, Secretário Aparecido, o nosso apelo: que a Unidade Sigmund Freud tenha

recomposto o seu quadro de servidores e não seja entregue a uma empresa terceirizada. Não há necessidade disso naquele lugar.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Lurdes Estevão de Araújo, do Sindisep. Em seguida, Glaucia Fernandes, do SAMU.

A SRA. LURDES ESTEVÃO DE ARAÚJO – Boa tarde.

Estamos aqui fazendo avaliação da aplicação de recursos e é importante o que estamos fazendo, porque estamos aqui como população, como trabalhadores, avaliando o resultado do trabalho que foi feito, o resultado dos recursos que foram utilizados.

Quero também chamar a atenção dos vereadores, que têm papel. Os resultados são negativos. Nós temos um retrocesso na atenção básica. As doenças erradicadas estão voltando, volta sarampo, volta caxumba. Não tem vacina para raiva, não tem BCG para tuberculoso. Como é que eu posso avaliar a saúde pública como algo positivo?

Não é a primeira vez que a gente vem a este púlpito para dizer que a rede hospitalar municipal está acabada, está sucateada, não tem trabalhador, não tem quem atenda os pacientes. Quando não tem quem atenda os pacientes, os usuários, o paciente morre. É isso que está acontecendo.

Tem a urgência e a emergência, que nós passamos todo este ano discutindo, brigando na rua, porque estavam simplesmente desmontando serviço de urgência e emergência. Não quiseram nos ouvir. Estamos com 70% da motolância parada, quebrada, porque não tem quem faça o conserto da motolância, e a população precisa desse serviço.

Enquanto isso, a saúde pública, neste ano cada vez mais tem acontecido, está passando para as mãos das organizações sociais. E nós temos a avaliação de que não interessa para a iniciativa privada fazer prevenção e promoção, porque para a iniciativa privada doença é lucro.

É por isso que nós estamos aqui, porque para nós saúde é vida. Então vá terceirizar qualquer outra coisa, menos saúde, menos educação, porque isso é básico. Estamos aqui defendendo o direito de viver, e isso nós vamos fazer juntos, trabalhadores e população.

A Câmara dos vereadores tem de ser guardião dos recursos públicos. Portanto, da mesma forma que temos papel, os vereadores também têm, e nós pedimos a defesa incansável do serviço

público de saúde. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Antes de chamar a Glaucia, eu gostaria de registrar a presença do Vereador Celso Giannazi, que já chegou há algum tempo.

Próxima, Glaucia Fernandes, do SAMU. Em seguida, Neide Viscola, da OSPSP.

A SRA. GLAUCIA FERNANDES – Boa tarde a todos, Srs. Vereadores e Sr. Secretário de Saúde.

É com muito pesar que subo aqui depois de um ano lutando para que nosso serviço tivesse a qualidade e a excelência no atendimento que nós sempre preconizamos. Nós tivemos 31 bases fechadas. Nós fomos remanejados para ficar junto com as Unidades Básicas de Saúde, que não dão ao serviço condições de pronto atendimento. Pior: estamos sendo responsabilizados pelo péssimo atendimento prestado à população de São Paulo.

Foram fechadas 31 bases, uma locação de 20 mil reais por mês – 20 mil reais. Eu gostaria de saber o que está sendo feito com esse valor. O que está sendo feito com os 2,6 milhões de reais que foram devolvidos para o Ministério e não foram devidamente aplicados no setor de urgência e emergência? O que está acontecendo que hoje, neste momento, tem uma equipe no PS Lapa retida por 12 horas, sem poder prestar atendimento à população, porque a unidade não tem maca? E nos foi confirmado, no início deste ano, que foram compradas diversas macas para colocar nas unidades que nos atendem.

Nossa pergunta, como trabalhador e cidadão, é: o que está acontecendo com o nosso serviço de urgência e emergência, que seria o acalento da população de São Paulo no momento em que ela estiver precisando? Hoje nós somos a depressão do serviço, a desqualificação do serviço. Em outro momento nós fomos elogiados e agora nós estamos virando chacota na boca da população de São Paulo.

Precisamos saber o que está acontecendo. Se foi feita uma reestruturação para a melhora do serviço, por que nós chegamos a essa condição? Não temos motolância para ajudar um paciente que possa estar no atendimento de urgência precário e onde ambulância não tem condições de chegar.

Vocês são usuários, vocês são cidadãos; comecem a cobrar isso da Secretaria. Ninguém está pensando na saúde do cidadão e, sim, em economizar e empurrar isso para as terceirizadas. Qual é o intuito e o benefício de uma prefeitura que entrega toda a saúde e a responsabilidade com o município

para uma organização para a qual paga bilhões e o resultado no atendimento é péssimo, péssimo em consulta, péssimo em exame, péssimo em cuidado? Não desmerecendo os profissionais que lá estão, mas, sim, a responsabilidade que essas organizações têm com todos os cidadãos de São Paulo.

Queremos um orçamento do SAMU, Secretário. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Agora vamos chamar a Neide Viscola. Em seguida, Toni Zagato, do Comitê Sorocabano.

A SRA. NEIDE VISCOLA – Boa tarde a todos vocês, trabalhadores que estão aqui, que nós temos uma mesa de negociação dentro da Secretaria Municipal de Saúde que funciona e estamos correndo atrás de todos os prejuízos, pedindo que, para todos os concursos que estivessem em vigor, fossem chamados os candidatos, antes de serem entregues às organizações sociais. Nós estávamos lá e sabíamos que teríamos um grande número, e teremos ainda um grande número de aposentadorias até o início do ano, porque o último concurso – como o da Marta, em 2004 - já tem pessoas com possibilidade de aposentadoria. A maioria dos servidores da área da saúde tem condições de aposentadoria a partir de janeiro de 2020.

Estávamos aqui, e a única reestruturação que faltava era a do Município cuidar dos municipalizados, que são servidores do Estado que estão nas unidades básicas de saúde, que ainda seguram alguma coisa, porque eles estão na Direta, e nós tínhamos que fazer a valorização deles através da gratificação de municipalização. Na mesa de negociação, conseguimos fazer isso. Dentro desta Casa, tivemos uma audiência pública marcada, e um dia antes foi votada a gratificação de municipalização. Essa gratificação deixou uma única categoria de fora, a dos cirurgiões-dentistas, que agora você vai ter que usar para fazer essas aberturas nas UPAs, que são 24h.

Eu gostaria que os Vereadores retificassem aquela legislação, pois foi aqui que foi tirada a gratificação de municipalização dos cirurgiões-dentistas do Estado que estavam municipalizados e estão ainda dentro das unidades do Município. Peço aos Srs. Vereadores que cobrem o porquê de ter sido esta Casa que tirou uma única categoria daquela legislação que esteve aqui.

Há muitos servidores que podem ser chamados e ocupar os lugares da Direta. Não dá para aceitar mais, porque o modelo não deu certo, o modelo ficou na Assistência, o modelo não tem prevenção nem promoção de saúde. E para que seja serviço público, temos que ter promoção de saúde. Para enxugar gelo, não há dinheiro que chegue porque todo mundo doente, não se atende ninguém

igualmente.

Vamos também falar do SAMU. Gente, precisamos entender que essa desestruturação vai diminuir mais ainda o compromisso da nossa promoção e prevenção. Muitas das vezes, quando o SAMU é chamado, ele consegue encaminhar, e hoje ele não está conseguindo, está ficando na porta das unidades, na porta dos hospitais porque não tem quem receba, não tem. Portanto, gostaria que vocês pensassem nos recursos humanos, porque o SUS, o capital do Sistema Único de Saúde é o trabalhador. Sem trabalhador não tem saúde, não tem promoção, não tem nada. (Palmas) Não é dinheiro! Nós trabalhamos somos o capital disso. Precisamos correr atrás da nossa carreira do Sistema Único de Saúde. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Próxima inscrita, Lúcia Sromov.

NÃO IDENTIFICADO – Boa tarde. Só estou voltando porque quem tinha cedido...

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – É que você já havia falado já.

NÃO IDENTIFICADO – É que a Silvia Tommasini, que é...

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Você já falou. Veja bem: nós temos 41 pessoas para falar. Se uma pessoa falar duas vezes...

NÃO IDENTIFICADO – Vereadora, eu só queria pedir um favor: primeiro, no Regimento, onde está dito isso...

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Você está falando então em nome de quem?

NÃO IDENTIFICADO – Comitê Sorocabana, pela UBS Vila Ipojuca e pela UBS Vera Cruz.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Ah, em nome da Lúcia que você vai falar?

NÃO IDENTIFICADO – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Ah, em nome da Lúcia. Então, tenha a palavra.

NÃO IDENTIFICADO – Obrigado, Vereadora. Retomando, a Prefeitura Municipal assinou um contrato com o BID. A UBS Vila Ipojuca tem pagado aluguel em uma unidade que não comporta os serviços que ela precisa prestar. Não tem sala do idoso, contrariamente ao que foi dito aqui; não tem funcionário, porque precisa ser feito concurso público ou precisam ser convocados aqueles que já foram aprovados. E os 100 milhões de dólares que foram acertados pelo BID, nós gostaríamos de saber se, como apresentado anteriormente numa outra prestação de contas, também entrarão para o Hospital Sorocabana. Porque, afinal, o Hospital Sorocabana poderia comportar toda a região Oeste e as cidades

da Região Metropolitana, mas está fechado até hoje. A Prefeitura, num evento de pompa junto com o Governador do Estado, João Doria, recentemente, anunciou a permuta; mas até hoje essa permuta não foi publicada no *Diário Oficial*. Então, nós gostaríamos de saber a data da assinatura dessa permuta, porque afinal, em setembro do ano passado, nesta Comissão de Saúde, o mesmo Secretário havia falado que em janeiro de 2019 a permuta seria assinada. Então, queremos entender qual é o problema jurídico, legal, burocrático, administrativo que está impedindo uma assinatura de permuta entre o Hospital Dante Pazzanese e o Hospital Sorocabana. Afinal, temos um hospital que atendia 150 leitos e está fechado, com sua estrutura praticamente pronta, só precisando ser atualizada.

Nós reivindicamos novamente que seja feita essa permuta e que seja finalmente convocada audiência pública cujo requerimento foi aprovado aqui na última reunião da Comissão de Saúde, no dia 7 de agosto. Era isso. Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Próxima inscrita, Elvira Guimarães, da Supervisão Técnica de Saúde de Campo Limpo.

A SRA. ELVIRA GUIMARÃES – Boa tarde a todos e a todas. Secretário, eu gostaria de pedir ao senhor uma atenção em relação às vacinas, principalmente a antirrábica e a pentavalente.

Foi prometido um tomógrafo para o Hospital de Campo Limpo em uma audiência pública no ano passado, mas até agora não aconteceu.

Gostaria também que o senhor desse atenção, conforme dissemos em uma audiência que tivemos em seu gabinete e também na abertura da conferência, à desapropriação da UBS Jardim Olinda, pois até agora não houve uma devolutiva.

O tomógrafo é necessário em caráter de urgência. O Hospital Campo Limpo é porta aberta para toda a região. Que os Srs. Vereadores, por gentileza, olhem esse hospital com urgência, porque as reformas prometidas até agora não ocorreram. A cada dia, ele está sendo sucateado, e as portas estão abertas.

Também passam por sucateamento os recursos humanos, cujo número vem diminuindo: médicos e corpo de enfermagem. Por favor, Secretário, dê uma atenção especial a esse hospital, que está tão sucateado. Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Próxima inscrita, Eliana Mendes.

A SRA. ELIANA MENDES – Boa tarde a todos e a todas. Sou conselheira da região Sul, de

Campo Limpo. Eu gostaria de dizer aos Srs. Vereadores, ao Sr. Secretário e à população que não estamos aqui brincando. Somos gente de respeito, de caráter e portadora de direitos, conquistadas na Constituição.

A UBS Jardim Helga, de Campo Limpo, zona Sul, foi aprovada nos eixos da 20ª Conferência Municipal, e até hoje não foi resolvido nada. Já foi levado para a Coordenação, Corregedoria Sul; já foram levados documentos para a Secretaria; já foi para o Ministério Público, para a Supervisão Técnica local, e ninguém resolveu nada. Queremos uma resposta sobre como vai ficar a UBS, que está sucateada. A demanda vem aumentando muito, e a UBS não dá conta, pois é muito pequena. Queremos um respaldo hoje. Queremos que o senhor tome uma decisão. Aqui estão os documentos.

Quero também reforçar a necessidade da vacina antirrábica. Há 30 anos não faltava vacina. Que vergonha! Os morcegos estão atacando na região Sul, no Jardim São Bento, nas casas e nos apartamentos. Daqui a pouco, todo mundo vai morrer de raiva porque a raiva vem do morcego, depois vai para o cachorro, depois vai matar a gente. Estamos pedindo socorro urgente. E as vacinas pentavalente, das crianças, e a de coqueluche estão em falta. Onde está o dinheiro público? No ano que vem há eleição. (Palmas) Vamos votar de novo nos senhores se não estão fazendo nada?

A zona Sul está esquecida. Só se lembram das zonas Leste e Norte. À zona Sul falta tudo. Precisamos, urgentemente, em geral, mas vão lá... Eu gostaria que o Sr. Secretário e os Vereadores fossem visitar, em geral, na zona Sul, hospitais e UBSs. Falta de UCI (?), falta de CE (?), falta de CO (?)... Falta tudo. Onde está o dinheiro público? (Palmas) É nosso. Estou pedindo em nome da população. Vão lá visitar. Está um desmanche. Está morrendo gente, de doenças contagiosas, de tudo. Precisamos, urgentemente...

O SUS é nosso. É um direito, da Constituição, na lei. Queremos que se revigore isso. Estamos cansados. Senão, vamos acampar lá, na Prefeitura de São Paulo. Chega! Demos um basta! Não aguentamos mais. Ninguém está aqui brincando. Estamos todos aqui porque precisamos, porque a Saúde está doente. O funcionário está doente. O paciente está doente. Urgência, já!

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Obrigada. Agora, vamos chamar o próximo. A próxima é a Sra. Rute Costa, do Jardim Brasília. Em seguida, é o Sr. Rodolfo Maia, do Jardim Brasília, também.

O SR. CELSO GIANNAZI – Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Pela ordem, tem a palavra o nobre Vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI – Antes de a próxima pessoa falar, temos... Já houve uma série de questionamentos. O tempo está correndo e acho que nós temos só mais meia hora.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Eles querem fazer mais perguntas. Eles vão perguntar mais.

O SR. CELSO GIANNAZI – Não, não estou falando para os Vereadores. Estou falando para ouvirmos do Secretário algumas respostas sobre o que já foi colocado aqui, e, depois, retomarmos o segundo bloco de perguntas.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Acho que é melhor todos falando em seguida, gente. A ideia é que todos vão continuar falando, porque, senão... O povo quer falar. Eles vêm aqui e temos de respeitar. Nós temos de respeitar. Eles têm de falar.

O SR. CELSO GIANNAZI – E nós não teremos a resposta do Secretário. Não a teremos.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – A não ser, Vereador Celso Giannazi, que V.Exa. proponha que todos falem até as 13h45. Em seguida, o Secretário começa a responder. Aí, os Vereadores não falam e o Secretário começa a responder. Até 14h45... Vamos lá, então, gente. A próxima é a Sra. Rute Costa.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Vereadora, tudo bem que eu não vou entrar na polêmica, mas, caramba! Estou aqui preparada para falar.

A SRA. RUTE COSTA – Boa tarde a todos. Boa tarde a todas. Boa tarde aos Srs. Vereadores.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – É, mas ele tem de responder, Vereadora. Ele tem de responder.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Vamos lá, Sra. Rute Costa.

A SRA. RUTE COSTA – Vamos lá. Boa tarde a todos. Meu nome é Rute Costa. Sou moradora do Jardim Brasília, região da Brasilândia, zona Norte de São Paulo. Temos uma luta já há

muitos anos para a construção de uma UBS no nosso território. Já foi reconhecido pela Secretaria da Saúde o vazio assistencial, lá. A UBS que deveria atender nossa região atende quase cem mil pessoas. Há um terreno público no nosso bairro, um terreno muito grande em que poderia ser feita a UBS. Esse caso já foi levado. Já foi falado com o Secretário. Ele disse que a construção começaria no segundo semestre de 2019 e até agora não começou.

Não sabemos como está essa situação e eu gostaria de perguntar para o Secretário como está a situação da construção da UBS Jardim Brasília. Nós estamos aqui para saber uma resposta dele. Também, ele disse que seria construído com o dinheiro do BID e nós gostaríamos de saber se realmente vai ser construída a UBS do Jardim Brasília.

É só isso. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Tem a palavra o Sr. Rodolfo Maia e, em seguida, será o Sr. Valdomiro Marques.

O SR. RODOLFO MAIA – Boa tarde a todos. Meu nome é Rodolfo. Eu também sou da Comissão de Moradores do Jardim Brasília. Eu vou falar um pouco, também, dessa luta histórica que temos, faz mais de 10 anos, pela construção da UBS, mas eu queria falar uma coisa que eu acho que toca todas as demandas de que as pessoas falaram, aqui, ao longo desta audiência pública, que são a questão de transparência e a questão da participação popular nas decisões tomadas pela Secretaria.

O que aconteceu? Foi anunciado, em uma audiência pública, pelo Secretário Municipal de Saúde, que a UBS do Jardim Brasília seria construída com dinheiro do empréstimo que a Prefeitura contraiu com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Toda vez que perguntamos sobre como estão as coisas, o que é que acontece? A resposta é sempre: “Olhem no *site*. As informações estão lá.” Quando checamos as informações no *site* da Prefeitura, não achamos praticamente nada. O lugar onde mais achamos informação é no *site* do próprio BID e as informações estão em inglês, para vocês terem uma ideia.

Assim, não temos nada por escrito. Já faz mais de 10 anos que as pessoas falam da construção da UBS. Olhamos, por exemplo, o Plano de Metas do Município para 2019 e 2020 e vemos uma série de construções, uma série de ações, mas não há nada específico, de onde vai ser feito e como vai ser feito. É essa a questão. Não conseguimos trabalhar, simplesmente, com tapinha nas costas, dizendo, assim: “Olhe, fique tranquilo, que as coisas vão acontecer. A UBS vai ser construída.

Não sei o que vai ser reformado.” Não é só isso o que queremos. Isso não é participação popular. A participação popular é que saibamos como, quando, onde, como é que está o processo licitatório. Essas informações precisam ser públicas. (Palmas) Até agora, não temos nada escrito sobre onde e como todas essas demandas de que estamos falando vão ser feitas.

Então, o meu pedido... A Dona Rute vai entregar para o Secretário Municipal de Saúde, para o Sr. Edson Aparecido, um ofício que fizemos, solicitando, por escrito, que a Secretaria Municipal de Saúde dê uma resposta por escrito, porque já ouvimos muita gente, muito Secretário de Saúde, muito Prefeito, falando que as coisas iam ser feitas, que as obras iam ser construídas, mas até agora nada foi feito. Então, já estamos bastante calejados com essas coisas.

É por isso que queremos, primeiramente, que as respostas sejam feitas por escrito e que, de fato, achemos documentos e coisas em que possamos confiar. Em segundo lugar, não é só dizer: “Olhem, isso vai acontecer. As coisas vão ser construídas. O orçamento vai ser assim.” Queremos participar do processo. Queremos saber como e quando esse dinheiro vai ser gasto.

É isso. Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Agora, vamos chamar o Sr. Valdomiro Marques, que é do Fórum de Saúde dos Trabalhadores, e, em seguida, o Sr. Mauro Alves da Silva, que é do Grêmio Sudeste.

O SR. VALDOMIRO MARQUES – Boa tarde a todos. Os cidadãos e as cidadãs de São Paulo estão sendo desrespeitados há algum tempo e deveria haver algum tipo de punição para isso. Nas últimas conferências municipais de Saúde, a cidade de São Paulo pediu para que na Saúde pública não houvesse terceirização – mas, sim, que houvesse concurso público dentro de hospitais e Unidades Básicas de Saúde. Entretanto, isso não está acontecendo. Muito pelo contrário, a cada dia mais percebemos que as unidades estão sendo entregues às parcerias, às OSs, enfim. Aí, nós nos perguntamos: qual a confiança que nós devemos ter nessas empresas? Que confiança deve ter a cidade de São Paulo nessas empresas?

Recentemente, na região de Perus e Anhanguera, a empresa SPDM, que é uma das Organizações Sociais da cidade de São Paulo, disse que não tem mais interesse naquele território. Ou seja, essa é uma empresa que tem um orçamento de mais de um bilhão de reais e simplesmente disse que não tem interesse, mais. No entanto, nós não recebemos resposta de lugar nenhum. A Supervisora

Técnica de Saúde do território veio aqui e confirmou que há esse documento, que ela emitiu esse documento, mas, nas audiências a que foi chamado o Secretário, ninguém veio aqui confirmar ou dizer que não existe essa intenção da SPDM.

O que nós queremos saber é o seguinte: Nós podemos confiar nessas OSs? A saúde de São Paulo pode confiar nessas OSs? E por que elas estão aí? Se a população, através da conferência, através dos seus Delegados, já disse que quer os concursos públicos? Por que elas estão aí até agora?

Eu gostaria, Sr. Secretário, de saber por qual o motivo a SPDM quer sair do território? E se ela quer sair do território de Perus, Anhanguera, ela terá sanções para isso? Ela pode deixar a população sem assistência? Ela pode deixar os trabalhadores das OSs a ver navio? Nós queremos, Sr. Secretário, como que uma empresa constituída para cuidar da saúde da população, sem fins lucrativos, em um dado momento do contrato diz: “Eu não tenho mais interesse nesse território”. Isso, com certeza, nos deixa muito na dúvida. Qual, de fato, é o interesse dessas OSs em ocupar a saúde da cidade de São Paulo? E qual responsabilidade que elas têm com cada um de nós?

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Tem a palavra o Sr. Mauro Alves da Silva, do Grêmio Sudeste.

O SR. MAURO ALVES DA SILVA – Também sou Diretor de Comunicação do Consabeja, e queria convidar o Secretário Edson Aparecido a visitar o Jabaquara, porque da última vez que ele foi, às 7h30, no Saboya, ele entrou mudo e saiu calado, inaugurou 10 unidades de UTI do Saboya, mas não conversou com a população.

Inclusive, Sr. Secretário, eu faço o convite à reunião do Conselho Gestor do Saboya, que ocorrerá na próxima sexta-feira, dia 04, às 14h; e faz um ano que o pessoal está convidando a Secretaria e autarquia para participar dessa reunião, porque as reuniões são dirigidas e manipuladas e as atas não estão refletindo o que realmente acontece. Por exemplo, você faz uma reclamação: “Falta médico, falta maca, falta medicamento, falta banco para atendimento”. E na ata vai escrito “Faltam suprimentos”. O que significa “suprimentos”? Eu não sei o que é.

Outra coisa, fizeram uma coisa grave, Sr. Secretário, porque a gente entra ao Conselho Gestor do Saboya para discutir um tema e dizem: “Ah, isso é a autarquia que resolve”; ou se a gente vai à reunião da Supervisão de Saúde Jabaquara e Vila Mariana, mas “Ah, não tem gerência sobre a

autarquia”. Só que a gente discute do distrito de saúde, então o distrito de saúde tem que atender todo mundo, independentemente de ser um equipamento estadual ou federal.

Agora cobrando pontualmente o Sr. Secretário, que prometeu aqui que a verba do BID iria construir a UPA do Saboya; e disse que começaria em abril de 2019. Nós já estamos em setembro. Outra questão que ficou em aberto era sobre a UBS da Vila Guarani, que queremos saber se construiu, se vai construir, queremos a resposta.

Por último, a questão da supervisão de saúde Jabaquara - Vila Mariana, que existem terrenos ociosos no Jabaquara, da Operação Urbana Água Espreada, que foram oferecidos para colocar a sede da Supervisão, pois era um terreno muito mais adequado e acessível. Eu queria saber se a Secretaria tem essa resposta de transferir a supervisão de saúde Jabaquara - Vila Mariana para o Jabaquara.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Tem a palavra o Sr. Morato.

O SR. MORATO - Boa tarde, a Mesa, senhoras e senhores presentes.

Eu acho que esta Comissão tem que ter um regime melhor e mais adequado ao seu tempo, porque não é justo cortar a palavra do Secretário quando está mostrando algo de interesse público. Achei uma falta de respeito da Mesa, mas a verdade tem que ser falada.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – É que nós tínhamos combinado de falar meia hora e ele pediu para avisar, eu avisei.

O SR. MORATO – Mas, me desculpe, mais uma vez a senhora agiu inadequadamente quando cortou a palavra do Secretário; eu acho que não deveria ter cortado, porque ele deveria ter falado tudo o que deveria para todos nós assistirmos e avaliarmos.

O que eu tenho que falar é sobre a UPA do Saboya, no Jabaquara, que o Sr. Mauro acabou de citar. Existe a falta de remédio, sim. Eu tenho muita reclamação disso, de pessoas que vão buscar remédios com as suas receitas nas farmácias, nas UBSs, e não tem o remédio.

Acho que nós temos que ser respeitados como cidadãos e temos que ser respeitados como Município de São Paulo.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Tem a palavra o Sr. Herbert.

O SR. HERBERT – Boa tarde a todos, os presentes, o pessoal da Mesa, Sr. Secretário, eu gostaria de ser convidado um dia, pelo senhor, para a Disney, porque acho que vai ser maravilhoso estarmos lá. Porque quando o senhor estava apresentando os números aqui, eu me senti num mundo encantado, parecia um paraíso, um lugar perfeito. Meu Deus, que lugar maravilhoso! Eu achei extraordinário.

Com todo o respeito a V.Exa., cujo trabalho eu admiro, principalmente ao Sr. Prefeito e a todos os presentes na Casa; mas eu quero deixar muito claro que, como administrador que sou, nós sabemos o que é prejuízo.

Se eu tenho uma empresa, por exemplo, e invisto 10 reais, eu quero que volte para mim o lucro e eu tenha, pelo menos, 11 reais de volta; e eu tenho um lucro de um real. Isso, numa empresa privada. O Poder Público não funciona dessa forma, porque por si só já é o lucro; ele já tem o seu dinheiro, dado para eles, garantido, este ano e daqui a cem anos, que eles terão já um orçamento. Eles não precisam vender produto, eles estão garantidos.

O que o Poder Público tem é a sua missão, as que estão escritas aqui e muitas outras que não foram realizadas, nem faladas, porque não é legal falar de projetos que não foram executados, como os trabalhos com a comunidade terapêutica.

Estive recentemente fazendo cursos da comunidade terapêutica, também recebendo terapias; e vi pessoalmente no interior de São Paulo e em algumas áreas terapêuticas na cidade de São Paulo a falta de mistura, de comida básica, dos internos que estavam lá para fazer suas recuperações terapêuticas, de transtornos mentais, também de químicas, álcool etc. Não tinha mistura.

Em alguns casos, faltava visita médica, como falei, o Sr. Daniel, um idoso que estava abandonado, cancerígeno, um idoso abandonado na cadeira de rodas; e não tinha um cuidador, não tinha um médico, uma vez por semana, para visitar. Quem dava banho nele? Eu e o outro rapaz que estava lá. A gente nem tem curso, mas a gente se prontificava a ajudar ao outro. Outra área que não há é recreação, nessas comunidades terapêuticas.

Outra coisa também bem abordada aqui, falada aqui foi o CAPS. O CAPS também não tem sítios terapêuticos. Dentro do projeto Cidadão de Luta, o qual eu apresento para a Casa, sinto-me rejeitado pela Casa há muito tempo. Ele vem sido rejeitado há muito tempo pela Casa; e todas essas abordagens de recuperação da saúde e de ajuda da inspiração de cidadão estão nesses projetos. Se os

senhores puderem ajudar e acompanhar, eu vou estar agradecido.

Boa tarde a todos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Tem a palavra a Sra. Edite Maria.

A SRA. EDITE MARIA – Regimentalmente, às 15 horas, todas as comissões se encerram.

Tem a palavra o Sr. Quintino.

O SR. QUINTINO – Boa tarde a todos. Eu quero fazer uma cobrança aqui para o Sr. Secretário, pela nossa unidade básica do Jardim Damasceno, que já está virando vovô. Já está completando 38 anos. Eu queria saber quando S.Exa. vai construir a nossa unidade básica. Nós temos a unidade básica no Jardim Carombé, que atende a 78 mil famílias. Só dentro do Jardim Damasceno, há 26 mil pessoas, e há uma unidade daquele tamanho para atender a 78 mil pessoas nessa região toda, em todos os bairros. Cadê o nosso dinheiro que saiu para poderem construir as nossas unidades? Nós estamos há 37 anos na espera, só na conversa. Nós não estamos aqui para estar esperando. Nós pagamos impostos e temos os nossos direitos, inclusive a nossa saúde.

Precisamos saber quando S.Exa. vai construir essa unidade básica. A desculpa é que nós não temos terreno no Jardim Damasceno. Jardim Damasceno tem terreno. É só querer ter boa vontade de construir. É porque não querem construir. Ficam enrolando o povo. Quando chega o tempo das eleições, estão lá, nas portas, batendo nas portas dos moradores e depois não fazem nada. Isso é uma covardia o que estão fazendo com o povo, porque não é brincadeira ficar esperando lá com essa palhaçada, e não sai nada para o Jardim Damasceno. É só na conversa fiada. Queremos nosso posto de saúde. É nosso dinheiro que está ali, para poder construir as nossas unidades. É obrigação deles. Já entraram no Ministério Público. Enrolaram-nos lá. Deram seis meses para construírem a nossa unidade e pediram mais seis meses. Agora nós falamos com o Dr. Arthur, para saber por que estão enrolando.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – É de consenso que o Sr. Secretário não possa ir embora, pelo menos, sem dar algumas respostas. Depois as respostas que não forem respondidas, vão ser mandadas para esta comissão e nós encaminharemos ao Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Paulo César.

O SR. PAULO CÉSAR – Isso aqui é uma audiência pública. Eu saí da zona Oeste para vir reivindicar melhorias para a sociedade. Eu não vim aqui brincar não.

Sr. Secretário, é simples, direto e curto: Nós estamos lutando pelo UBS no Jaguaré há mais de dez anos, com a sociedade civil, com todos os conselhos e com a associação de bairros. V.Exa. publicou que a UBS vai sair no CDC do Caju, mas há uns iluminados. Nós queremos, no CDC do Caju, essa UBS. Nós não queremos em outro lugar. (Palmas) A Secretaria que V.Exa. toma conta, junto com a dos Esportes já nos concedeu. Agora aparecem os Vereadores iluminados, querendo aparecer, para tirar de lá. Isso nós não vamos aceitar. Isso é palhaçada com a gente. Não vamos aceitar.

Srs. Vereadores desta comissão, foi publicado, no *Diário Oficial da Cidade*, um absurdo nesta semana, pedindo para se mudar o local, onde está tudo certo. V.Exas. não aceitem isso, por favor.

Sra. Presidente desta Comissão, isso aqui é uma reivindicação da sociedade. Não há fins partidários aqui. Então, eu queria só pedir para o Sr. Secretário que nos fale e garanta que essa UBS vai ser construída no CDC do Caju, com o dinheiro do BID.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Tem a palavra o Sr. Secretário.

O SR. EDSON APARECIDO - A UBS vai ser construída nesse terreno, porque nós nem podemos mudar, porque já está no contrato do BID. (Palmas)

NÃO IDENTIFICADA – Boa tarde a todos. Eu vou ser rápida.

Sr. Secretário, a gente está aqui, da zona Leste. Eu sou conselheira da UBS Tietê 2. Nossa UBS foi desmontada. Está lá agora uma estratégia de família, e não funciona. Não há médicos. Só há uma médica, e ainda falam para nós que os enfermeiros estão atendendo à população. Eu estou aqui com a marcação de consulta com enfermeiro. Eu pediria ao conselho municipal, aos Vereadores, ao Ministério Público, para olhar um pouco a população, porque nós estamos sem médicos. Nós não temos ginecologista, nós não temos pediatra. A estratégia não está funcionando. Eu só queria perguntar ao Sr. Secretário, o senhor fiscaliza a verba que passa para as OSs, para as fundações?

É só isso, obrigada a todos.

- Manifestação dos presentes.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Gente, estou querendo passar a palavra para o Secretário faz alguns minutos. Por favor, vamos ouvir.

- Manifestação dos presentes.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Ele não falou antes porque o pessoal não deixou que

ele falasse.

O SR. EDSON APARECIDO – Enfermeiras do HSPM: nós tivemos a liberação dos 71 médicos que nós chamamos do concurso; e as 15 enfermeiras ficaram fora. Eu mandei um novo pedido agora para JOF – Junta Orçamentário Financeira, que deve aprovar para que possamos então fazer a substituição dos contratos, dos PJ por funcionários concursados. Os médicos, nós estamos chamando os 71 médicos, e substituindo aqueles que estavam contratados. E agora com a aprovação da Secretaria da Fazenda, quanto mais cedo a Secretária da Fazenda aprovar, vamos chamar então as 15 enfermeiras.

- Manifestação dos presentes.

O SR. ÉDSON APARECIDO – Nós não vamos fechar nenhum serviço. A preocupação da UPA de Santo Amaro, de jeito nenhum, ao contrário. Os prontos-socorros do Estado estão fechando as suas portas, então os nossos hospitais e as nossas unidades básicas estão extremamente sobrecarregadas, sobretudo àquelas que estão no limite com outros municípios. No espaço da UPA Santo Amaro não cabe mais de gente, e não temos como atender decentemente. Por isso fomos atrás de um espaço e não de um hospital, mas de um serviço integrado porque nós também vamos levar os serviços do CIES que estão na região e que estão em dificuldades. Então é isso, em nenhum tipo de serviço que tem dentro da UPA vamos mexer, ao contrário, estamos indo para um lugar maior para que, com o tempo, possamos fazer tudo isso.

- Manifestação dos presentes.

O SR. EDSON APARECIDO – Espere um pouco, eu vou responder e você fala.

Os CAPS a gente marca um dia, vou com você em todos os CAPS que nós construímos e nos que a gente requalificou. Fizemos uma quantidade e agora têm mais três, até dezembro. Pena que não pude mostrar as fotos, eles são reais, não tem como esconder, está lá o prédio, está instalado, os profissionais estão lá trabalhando. Eu me disponho, podemos um dia marcar, eu e você e quem mais quiser, vamos fazer uma visita específica dentro dos CAPS.

Estou juntando algumas coisas que falaram aqui.

Então, temos 60 milhões na Caixa Econômica Federal, já estamos licitando, terminamos o projeto executivo. Isso vem lá de traz, do governo anterior. Os projetos executivos das obras dos quatro prontos-socorros estavam completamente incorretos, completamente errados, tivemos de refazer tudo

da estaca zero, que são as reformas do Pronto-Socorro do Planalto, de Ermelino, do Jabaquara e de Pirituba. Agora vamos iniciar a licitação porque o projeto executivo foi feito totalmente, totalmente errado, coisa feita às pressas às vésperas da eleição. Tivemos de fazer, de reformular todos os projetos executivos, mas agora o dinheiro já está depositado, e a contrapartida a gente já tem do Município para poder construir.

O Jardim Damasceno, quando eu cheguei tinha três terrenos, e os três terrenos eram impossíveis de ser utilizados. Aí nós pedimos para coordenação da Norte, junto com os moradores, para procurarem um quarto terreno para que a gente pudesse fazer a desapropriação. Nós inclusive discutimos na última reunião para poder fazer o mais rápido possível porque o orçamento da Saúde vem à semana que vem para cá, e a gente já queria incluir o valor do terreno, a compra no Jardim Damasceno. E é recurso nosso, do Tesouro, ficou fora do BID porque não tinha terreno. O BID só aceitava construção aonde tinha terreno. É como o caso do Caju, e o Jardim Brasília é a mesma coisa. Eu entreguei na última reunião essa relação. Quando eu e o Prefeito assinamos o empréstimo do BID estava na relação o Jardim Brasília. Então não tem como tirar. Esse tititi de que não vai ter, de que não vai acontecer. Isso não tem como tirar, está no empréstimo, está constatado, é um empréstimo internacional. Nós agora assinamos e a missão de arranque do Banco, são duas missões de arranque do banco veio aqui. Iniciaremos o processo de licitações em novembro, depois que a gente contratar a gerenciadora. É um empréstimo, temos de seguir prazos. Não é essa coisa, estala o dedo e sai fazendo. E o Jardim Brasília está no BID, não tem problema nenhum.

- Manifestação dos presentes.

O SR. EDSON APARECIDO – O Hospital Sorocabano tem uma questão jurídica. Eu estou aguardando à solução da Procuradoria da Secretaria de Estado da Saúde, junto com a Procuradoria da SP Urbanismo. A Saúde, a troca dos terrenos diretamente não tem nada a ver com a Saúde. Só vamos entrar no processo quando o terreno vier para a Prefeitura e vier para a Saúde.

Nós iniciamos uma conversa com o BID, e como o dólar está muito alto, então o valor do empréstimo cresceu, e se Deus quiser vamos poder fazer mais coisas. Nós estamos negociando com o BID de talvez reformar o Sorocabano com os recursos do BID. Não está acertado ainda, estamos tentando convencer o Banco, mas enquanto o terreno não vier para a Saúde, o que eu posso fazer? O terreno não é nosso, não é da Secretaria da Saúde.

Então estamos finalizando e aí é com a Procuradoria, é com o Jurídico, enquanto não definirem não tem como. Mas nós acreditamos, porque estava tudo certo para ser assinado há 15 dias, mas houve uma solicitação de pendência por parte da SP Urbanismo e agora estamos aguardando que eles possam assinar, o jurídico da SP Urbanismo e o Jurídico da Secretaria do Estado. Com isso o Hospital vem para nós e a gente inicia a discussão de como nós vamos fazer essa implantação.

Vacinas, e eu vou encerrar. Quem fornece vacina todo mundo sabe, quem falou aqui que a irresponsabilidade é do Município ou desconhece ou fez de má-fé né. Quem fornece vacina é o Ministério da Saúde. Nós agora fizemos um esforço para comprar da rede particular vacina antirrábica. O Ministério nos garantiu que tanto a vacina do sarampo, a penta-valente e a antirrábica que nos entregam em outubro. Mas não tem jeito, não somos nós. A gente conseguiu comprar da rede privada 60 mil vacinas antirrábicas. E esse é um problema que infelizmente não está sob nossa solução.

Em Campo Limpo - nós temos 10 tomógrafos e dois serão instalados no Campo Limpo. Vamos fazer a adaptação, está tudo certo, são dois.

- Manifestação dos presentes.

O SR. EDSON APARECIDO – Não, não, é para agora. A emenda foi assinada, o recurso está na Secretaria, nós já fizemos o chamamento, está tudo ok. São dois com 16 canais.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Secretário, às 15h temos de encerrar porque começa o Plenário. Regimentalmente falando, não podemos continuar. Então nós marcamos uma próxima vez, marcaremos um tempo maior para que todos falem. Vamos marcar três minutos para cada um e começaremos uma hora mais cedo.

Está encerrada a audiência.